

# MOVIMENTOS DE MORADIA: DESLOCAMENTOS DOS ANTAGONISMOS DE CLASSE NA SOCIEDADE DA AÇÃO DIRETA DO CAPITAL

Dennis de Oliveira<sup>1</sup>

Maíra Carvalho de Moraes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

As alterações nos paradigmas de produção do capitalismo contemporâneo, articulados com as mudanças geopolíticas com o fim da Guerra Fria criaram uma nova ambiência política que se conceitua como “ação direta do capital”<sup>3</sup>. A ação direta do capital é a nova estratégia sócio-política do capital em que a concentração dos recursos materiais nas mãos de grandes corporações globais, a redução da pressão ideológica da alternativa socialista com a queda dos regimes do Leste Europeu e a vitória dos EUA na Guerra Fria (cujo marco simbólico é a queda do Muro de Berlim em 1989) e a consolidação do paradigma da “produção flexível” relativizam os ideários liberais clássicos erigidos durante o período das grandes revoluções burguesas.

A produção capitalista se organiza, atualmente, em redes de células produtivas espalhadas por todo o planeta, cristalizando uma divisão internacional do trabalho que articula desde ambiências produtivas sofisticadas (como os centros tecnológicos de ponta) com espaços de brutal degradação produtiva (como os locais de extração de matérias primas). Desta forma, esta heterogeneidade e hierarquização de locais de produção também geram, em seu entorno, espaços de sofisticação e de extrema pobreza.

---

1. Professor associado, integrante do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH-USP

2. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH-USP

3. Sobre este conceito, ver OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 405-421, ago. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 jul. 2017.

Esta forma de organização da produção capitalista em redes globais de células produtivas pressiona por desregulações normativas, particularmente, no fluxo de capitais entre países e das relações de trabalho.

Desta forma, impõe-se uma precarização e fragmentação do mundo do trabalho, destruindo o ambiente em que a classe proletária se veja como classe, possa se estabelecer como um segmento social que ocupa determinado lugar social. Outro problema é que esta nova estratégia sócio-política do capital esvazia a chamada esfera pública política, subordinando tudo a este gerenciamento que se dá acima dos espaços normativos dos Estados-Nação. A dimensão da esfera pública política se aproxima, então, ao que Adorno e Horkheimer chamavam de “sociedade administrada” em que a disputa política se reduz a capacidade ou competência de gerenciamento de processos que estão dados e consolidados.<sup>4</sup> Por esta razão, que instituições clássicas de representação ideológica do modelo de esfera pública liberal, como o jornalismo e os partidos políticos estão em crise. O jornalismo transitou da narrativa do esclarecimento para do entretenimento e a narrativa assertiva assumiu o lugar do desvelamento factual. Os partidos políticos submeteram as narrativas programáticas às regras do marketing político. Por isto, os meios de comunicação de massa se transformaram no que Otávio Ianni chama de “príncipe eletrônico”, criando um cenário próprio e, a partir daí, estabelecendo as competências narrativas para construir a hegemonia.

Entretanto, as contradições do capitalismo permanecem. A concentração de riquezas, cada vez maior, as crises cíclicas do capitalismo, o descompasso do desenvolvimento das forças produtivas e os meios de produção não só continuam, mas se acentuam. O que a sociedade da Ação Direta do Capital causa é um *deslocamento* destas contradições para outras esferas.

Tem-se, principalmente, um deslocamento no campo dos conflitos de classe. A precarização e a fragmentação do mundo do trabalho não acaba com os antagonismos de classe, ao contrário, os acentua. Entretanto, eles não são tão visíveis nas relações de trabalho *stricto-sensu* mas nas condições de sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que o aumento exponencial da produtividade possibilitado por estes novos paradigmas e o esvaziamento da esfera pública política possibilita um rebaixamento mais intenso do valor da mão de obra (chegando ao limite da superexploração, de uma remuneração abaixo do necessário para a sua reprodução). Desta forma, os problemas sociais, como a ausência de moradia, de condições dignas de vida, retirada de direitos sociais,

---

4. Ver ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

entre outros, aparecem como uma das principais manifestações desta intensificação dos antagonismos de classe.

Articulado com este primeiro deslocamento, temos que a hierarquização dos territórios em função da divisão do trabalho gera estas paisagens extremamente heterogêneas nas cidades, em que nichos ultrassofisticados convivem com grandes oceanos de miserabilidade. A ação direta do capital atua, desta forma, nesta configuração dos territórios, pressionando e constrangendo, inclusive, poderes públicos locais.

Esta situação, articulada com singularidades históricas relacionadas com a questão da posse da terra no Brasil e o processo de urbanização ocorrido no país principalmente a partir dos anos 1960 com a industrialização intensiva realizada sob um governo ditatorial, fez com que este *deslocamento* das contradições de classe se direcionasse principalmente para os movimentos de moradia.

Desta forma, a luta por moradia nas grandes cidades se transformou na expressão mais visível da agudização das contradições de classe no capitalismo brasileiro e, por esta razão, os movimentos de moradia tem ocupado posição central na visibilização dos conflitos sociais. A cidade de São Paulo é uma localidade em que este processo ocorre com grande relevância.

#### A OCUPAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A historiografia colonial brasileira tem proposto através de diversos estudos que a formação da cidade de São Paulo foi resultante dos territórios indígenas e do avanço da colonização portuguesa para o sertão da Capitania de São Vicente. Para tanto, venceram a Serra do Mar, graças aos caminhos das diversas etnias autóctones, que chegavam ao litoral e reingressavam no sertão. Além dos caminhos, os portugueses utilizaram os rios como potencial meio de transporte, utilizando todo o conhecimento dos autóctones, especialmente os da etnia Guaianá, mais próximas aos colonizadores. De acordo com Pasquale Petrone (1995), após o estabelecimento de feitorias no litoral, a marcha lusitana procurou estabelecer aldeamentos e aldeias para ocupar o território e para a escravização indígena. Sendo assim, o início da colonização já estabelecia a concentração de terras, através do sistema de sesmarias, que garantia a um donatário grandes parcelas de territórios. No princípio, o estabelecimento da monocultura açucareira não foi bem-sucedida, e São Paulo tornou-se um espaço de trânsito, sobretudo após a descoberta das minas de ouro em Goiás. “Até o primeiro quartel do século XVIII, mesmo precariamente, os caminhos

existentes entre São Paulo e outras vilas exerceram suas funções de estabelecer comunicação e intercâmbio entre outros núcleos.” (MENDES, 2008, pg. 13)

Em fins do século XVIII a cidade de São Paulo iniciava uma mudança, ainda lenta, no espaço da cidade. O espaço público fora remodelado, os locais de trabalho das lavadeiras, dos ambulantes e locais de animais são organizados, ocorreram o arruamento dos becos, a remodelagem dos caminhos, apesar das chácaras ainda serem comuns na cidade. (DEAECTO, 2008, pg. 36). A partir da economia cafeeira, a cidade foi se urbanizando. Seu sistema viário foi modificado, linhas férreas foram se expandindo, o transporte público crescendo, a necessidade de saneamento básico também fora aumentando. Ainda de acordo com Deaecto (2008, pg. 45), “se afirmamos anteriormente que o progresso econômico do estado contribuiu para o embelezamento da capital e para o fomento de suas casas comerciais, também é verdade que o comércio impôs aos habitantes um novo ritmo de vida”.

Contudo, os projetos de remodelação da cidade de São Paulo tiveram como alvo a expulsão dos pobres das áreas centrais. Importante notar que o fim do modo de produção escravista não incluiu as populações negras na sociedade. Tampouco, lhes deram o direito à propriedade. A Lei de terras de 1850 foi instrumento importante para manter o modelo de grandes latifúndios, ou seja, grandes extensões de terra nas mãos de poucos. E os negros escravizados que saíram das fazendas após o fim do sistema, também sofreram na cidade. Graças aos projetos de remodelação, que tinham como foco afastar as populações negras, mestiças, sobretudo, pobres da cidade. Além da modificação do espaço, havia uma ideologia higienista, que identificava na pobreza todo o tipo de doença, desordem e incivilidade. A pobreza era identificada com os locais insalubres, as doenças contagiosas, os odores ruins, a doença no corpo físico e social. (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013)

Portanto, para uma compreensão do modo como ocorreram as mudanças na paisagem e urbanização de São Paulo naquele momento, é importante a análise da questão social à luz do pensamento exógeno. Ou seja, reside nos hábitos e experiências estrangeiras a fonte de inspiração da nossa modernidade. E é assim que se fará o disciplinamento e tratamento da pobreza, num modelo de cidade que nega sua identidade, seu curso natural, sua beleza associada aos trópicos, e se privilegiam formas que escondem a realidade social. (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, pg. 216).

O afastamento das populações pobres da região central da cidade ainda é um assunto corrente. Haja vista, as últimas ações da prefeitura de São Paulo na região da Luz, ocupada por muitos pobres, que moram em pensões e cortiços, mas trabalham no centro. O projeto “Nova Luz” tem sido o objetivo das administrações municipais no intuito de “requalificar” essa área. A série de ações violentas por parte da polícia militar na rua Helvétia e imediações, conhecida pejorativamente como “Cracolândia”, demonstram que esse tema é atual. Os projetos de requalificação de áreas com potencial para investimento têm demonstrado a longa duração da ideia de que a cidade não deve ser habitada pelas camadas trabalhadoras. Glória da Anunciação Alves dissertou:

... nome da requalificação, projetar estratégias, que ainda que no discurso se coloquem em nome do bem social, tendem a favorecer grupos privilegiados economicamente, buscando afastar a população que, na mesma visão, “desqualifica” o local. É nesse sentido, da mudança do uso social que se faz nas áreas centrais, que podemos afirmar que existe, sim, uma estratégia de repulsão das camadas populacionais de mais baixa renda. (ALVES, 2011, pg. 116).

Boa parte da classe trabalhadora, que trabalha no centro e que não possui condições de residir nessa área tem se engajado nos movimentos sociais de moradia e sem teto, que se espalham pela cidade. Como foi percebido, a luta pelo direito de morar nas regiões centrais é de longa data.

#### OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO E OS CONFLITOS URBANOS

A produção acadêmica sobre movimentos sociais tem sido profícua nos últimos anos. Uma série de publicações, artigos e eventos tem discutido o papel dos movimentos sociais na sociedade brasileira. Contudo, apesar de ser um tema que tem sido discutido, as fontes históricas e os estudos sobre elas ainda tem sido rarefeito. Em grande parte, pela dificuldade em registrar o cotidiano dos movimentos sociais, que é composto por uma enorme complexidade de pessoas com diferentes origens geográficas, ideologias, faixa etária, entre outros. Em sua maioria, os movimentos sociais não são institucionalizados, o que também dificulta a produção de documentação, matéria – prima do trabalho do historiador. Desse modo, os trabalhos que estudam e sistematizam a

memória dos militantes dos movimentos sociais, realizam uma dupla função: sistematizam a memória da base do movimento social e também se caracterizam como registro importante para outras análises críticas posteriores. Justamente pela dificuldade de sistematização da memória dos movimentos sociais, posto que há uma diversidade de movimentos, tentaremos realizar uma breve exegese dos movimentos sociais de moradia e sem –teto em São Paulo. Para compreender os movimentos sociais de moradia e sem – teto é necessário compreender a forma como o território está estruturado. Uma das questões estruturais foi a longa duração do modo de produção escravista e suas consequências, como a exclusão dos povos autóctones e negros das possibilidades mínimas de integração na sociedade capitalista. Tais como acesso ao mercado de trabalho e o direito à propriedade. Com a agudização da produção industrial na década de 40 houve um conseqüente êxodo rural para as grandes cidades, que juntamente com a crise de produção ocasionada pela segunda guerra mundial gerou a falta de investimentos na produção de habitações (tanto pelo Estado como pela iniciativa privada) uma conjuntura que unia a agudização da produção industrial, o conseqüente êxodo rural para as grandes cidades, a crise de produção ocasionada pela segunda guerra mundial e a falta de investimentos na produção de habitações (tanto pelo Estado como pela iniciativa privada). Os capitais que seriam investidos na produção de habitação e na produção capitalista do espaço, foram desviados para o financiamento da produção industrial. A Lei do Inquilinato de 1942 proporcionou a força necessária para o desvio desses capitais para a industrialização. Além de “obrigar” a atração desses investimentos na montagem do parque industrial brasileiro, reduziu a atratividade de um setor social não produtivo representado pelos rentistas que viviam da exploração do espaço. (BONDUKI, 2011, pg. 227). Somados a falta de investimento privado no setor imobiliário estava a modernização das cidades, grandes projetos de remodelação, que privilegiam as formas arquiteturais como as edificações, que facilitam a ampliação dos lucros, devido a expansão do espaço negociado.

Havia, assim, um movimento contraditório: aceleração de arranha céus na área central, destinados a investidores ou a setores de renda mais alta, e queda na edificação de outros tipos de prédios para o mercado de produção residencial, devido ao congelamento dos aluguéis. (BONDUKI, 2011, pg. 251).

Nesse cenário de escassez de produção de casas populares e da produção de moradias direcionadas às classes hegemônicas, vão se proliferando os cortiços. Nessas habitações precárias, apesar da Lei de Inquilinato, que congelava os aluguéis, os donos utilizaram uma série de estratégias para aumentar os valores dos aluguéis, expulsando os moradores. “A maioria das artimanhas para burlar o espírito da lei passava pela ameaça verbal ou física de despejo por sua solicitação legal, pois era desesperadora para o inquilino a possibilidade de ficar sem moradia que ocupava.” (BONDUKI, 2011, pg. 254).

Nesse processo de escassez de moradias para a classe trabalhadora e a constante ameaça dos donos dos imóveis, começaram a surgir os primeiros movimentos de luta dos cortiços.

A luta por moradia deve ser compreendida no bojo da luta dos trabalhadores. Haja vista, que, o problema da concentração de terra no Brasil exclui a maioria da população do direito à propriedade. Desse modo, no período da ditadura, em que a perseguição aos sindicatos e outras associações de luta dos trabalhadores se intensificava, a luta por moradia se tornou um outro eixo.

De acordo com Manoel Del Rio, militante da FLM – Frente de Luta por Moradia,

O movimento de moradia ganhou um impulso depois de 1984, 85 e 86. Em 1988 houve ocupações em diversas zonas da cidade. De terra, foi em tudo que foi lugar. E nós com aquela crise econômica, estava muito difícil trabalhar na fábrica. Uma ..., muito desemprego e qualquer movimentação que o trabalhador fazia, o patrão mandava embora. Então vamos adotar a moradia. Na moradia o operário vai se organizar e o patrão não vai se incomodar. Era difícil organizar uma reunião. Ou eles virem para uma reunião. Quem estava empregado estava quietinho, como um sapo debaixo do pé do boi, esperando ele tirar o pé. Tinha até boletim da época né. Íamos às fabricas convocá-los para a luta de moradia. Mas em geral o movimento ia nos bairros.

Atualmente, são inúmeros os movimentos de moradia em ação na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo.

## MOVIMENTOS DE MORADIA E SEM TETO EM SÃO PAULO E NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Mensurar a quantidade de movimentos sociais de moradia e sem teto que atuaram e continuam atuando na cidade de São Paulo e RMGSP constitui-se em uma tarefa difícil devido à grande quantidade de ações e também da falta de informações precisas de cada ação coletiva. A divisão entre movimentos de moradia e sem teto é uma proposta metodológica de Edson Miagusko, autor da obra “Movimentos de Moradia e Movimentos Sem teto”. De acordo com Miagusko, os movimentos sociais ligados à habitação podem ser divididos em duas fases: a dos movimentos de moradia, que indicam a luta de trabalhadores pelo direito de ter uma propriedade, de poder morar em um cortiço sem os abusos do proprietário, e acesso a melhores condições salariais para morar mais próximo do trabalho. A medida que a ditadura aumentava a repressão às ações coletivas sindicais, a luta se difundia para outras searas, como a luta por moradia. É importante notar que no início do século XX os trabalhadores moravam em vilas operárias, próximas ao ambiente de trabalho. Porém, antes de ser considerada um direito, a Vila Operária era uma forma de controle da vida do trabalhador, posto que, dependia da empresa para o salário e a moradia. Com o fim das Vilas operárias, a partir do encarecimento do espaço urbano, a classe trabalhadora foi expulsa para as áreas da periferia. A partir da década de 90 alguns movimentos de moradia, que englobavam uma série de lutas da classe trabalhadora, passaram a se denominar movimentos sem teto.

A categoria sem teto foi acionada substituindo a definição “movimentos de moradia”, enunciando a nomeação “sem”, o que significava um movimento que definia sua identidade pela ausência de um direito ou de um bem. A assimilação da nomeação “sem teto” assinala como nos anos 1990 foram marcados pela retração das políticas públicas de caráter universalizante e pelo encolhimento do campo dos direitos ou sua flexibilização. (MIAGUSKO, 2012, pg. 22).

Foi a partir da década de 90, com a greve dos Petroleiros de 1995, que a criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado e da esfera jurídica ganhou mais vulto. Nesse processo, os movimentos de moradia e sem teto também passaram a dialogar com as políticas públicas ou com a gestão pública (MIAGUSKO, 2012, pg. 23). Sendo assim, o perfil dos movimentos pós anos 90, de

acordo com Miagusko, é diferente dos movimentos de moradia da década de 80. As ações políticas, as demandas, a relação com o Estado e as necessidades da base são outras. Uma possível inferência dessa mudança pode ser explicada pela estrutura da economia política brasileira. Na década de 70 em plena ditadura militar e crescimento econômico, a classe trabalhadora industrial estava em seu apogeu. Resultante disso está na organização do Partido dos Trabalhadores – PT como alternativa da esquerda. Há também um intenso êxodo rural, que aumenta a população das cidades, uma urbanização dilacerante, que continua a excluir a classe trabalhadora dos equipamentos da cidade – escola, hospitais, transportes. No campo, O Brasil rural dá lugar a um Brasil agrário, industrializado, que mantém formas de exploração da classe trabalhadora. A partir da noção dessa demanda, nasceu o MST – Movimento dos trabalhadores sem-terra, que luta pelo direito à propriedade da classe trabalhadora.

Na cidade de São Paulo, os movimentos de luta por moradia podem ser representados pela UMM – União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, que articula movimentos sociais pelas bandeiras da reforma urbana, direito à moradia e autogestão.<sup>5</sup>

Alguns desses movimentos se organizaram coletivamente, caso da FLM – Frente de Luta por Moradia, que engloba mais de dez movimentos, como o Movimento Sem Teto do Centro – MSTC, Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Formaesp), Fórum de Mutirões, Associação de Mutirões, Movimento Quintais e Cortiços da Região da Mooca, Movimento Terra de Nossa Gente e por quatro grupos que se uniram no Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (14 de janeiro, Grupo da Água Rasa, Grupo Colorado e Setor 8, todos da zona leste), Movimento de Moradia da Zona Norte e o Movimento Centro-Norte. A FLM tem como bandeira a ocupação de prédios abandonados com problemas de legalização ou dívidas com a União, para reivindicar políticas públicas de moradia. Nasceu das iniciativas de autogestão com os mutirões, nos governos Jânio Quadros e Mário Covas (entre 1984 e 1988). Finalmente, no governo Luiza Erundina, que se mostrou aberto aos movimentos sociais, as experiências de autogestão e mutirões foram adotadas pela prefeitura.<sup>6</sup> As ocupações da FLM têm se concentrado na luta pelo direito de morar no centro da cidade, onde há maior infraestrutura e próxima às áreas de trabalho. Outra questão importante, é que as últimas ocupações têm se realizado em áreas construídas, ação coletiva diferente de outro grande movimento de moradia e sem teto, o MTST – Movimento dos Trabalhadores sem teto.

---

5. Definição retirada do web site da UMM – [www.sp.unmp.org.br](http://www.sp.unmp.org.br)

6. Informações retiradas do site da FLM <http://www.portalfm.com.br/luta-historico/>

Formado a partir do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, possui base de luta e políticas independentes. Um dos diferenciais é não localizar a luta em uma perspectiva territorialista, mas reivindicar o direito à moradia, à reforma urbana, questionando a estrutura das cidades.

A ideia é criar um “cinturão de lutas” na Grande São Paulo, a partir da noção de latifúndios urbanos, fez com que o movimento priorizasse grandes ocupações de terra, à semelhança dos movimentos de moradia que deram origem à União dos Movimentos de Moradia – UMM em 1988. (MIAGUSKO, 2012, pg.261).

O MTST tem realizado ocupações em terrenos com problemas de regularização, os chamados “latifúndios urbanos”, em que os militantes ocupam, formando núcleos de moradia com barracas. O MTST não realiza ocupações em prédios, e tem se dedicado à luta nas cidades da RMGSP.

Tanto nas ocupações nos prédios abandonados, como nos terrenos, a base de luta é composta, de acordo com as pesquisas de campo, por famílias da classe trabalhadora. Muitas vezes lideradas por mulheres, com muitas crianças e idosos. Fato que deslegitima a ação violenta do Estado, através da polícia, nas reintegrações de posse. Justamente, pela menor quantidade de homens, o uso de armas não letais, tropa de choque e outros aparatos, são totalmente desnecessários.

Assim os movimentos de moradia e sem teto, apesar de uma efetiva participação política, a partir da presença em fóruns públicos, conselhos e espaços institucionais, na capacidade de negociação política com os poderes políticos, conselhos e em espaços institucionais, na capacidade de negociação política com os poderes públicos, oscilam num pendulo entre a criminalização e gestão. (MIAGUSKO, 2012, pg. 23).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os movimentos de moradia e sem teto na cidade de São Paulo deve refletir sobre a situação da classe trabalhadora. Primeiro, porque como foi exposto, a base militante desses movimentos sociais está intimamente ligada aos trabalhadores da cidade de São Paulo. Em sua maioria, excluídos

das possibilidades de moradia digna e acesso às condições mínimas de sobrevivência como hospitais, escolas, boa alimentação, cultura, entre outros. No entanto, as condições dessa classe foram sendo modificadas de acordo com as mudanças no modo de regulação do capitalismo. Outras questões, como a exclusão social, sobretudo de negros, indígenas e mestiços, que no Brasil, tem se mantido apesar das mudanças conjunturais.

Infere-se que a classe trabalhadora não deva ser estudada de forma homogênea, como se as condições de vida e da economia das capitais brasileiras fossem as mesmas. Para tanto, os estudos de Milton Santos na obra “Por uma economia política da cidade” são importantes para pontuar as diferenças dos empregos fabris e do tipo de indústria que ocorre na cidade de São Paulo. No capítulo “Involução metropolitana e economia segmentada: O caso de São Paulo”, Santos dissertou sobre como a metrópole consegue se manter, mesmo com enormes bolsões de pobreza e com uma população em contínuo crescimento e, conseqüentemente, dificuldade. O êxodo rural provocado pela modernização do meio agrário atraiu uma série de trabalhadores as grandes metrópoles, como São Paulo. Para Santos, a cidade “não explode” porque o crescimento industrial conseguiu suportar a mão de obra que chega à capital. Outra questão, é a convivência de um setor fabril diferenças de estrutura. Por exemplo, indústrias com plantas tecnológicas, como a automobilística, que exigem trabalhadores preparados e um meio técnico modernizado (grandes redes de fibra ótica, rede de transportes) convivem com setor fabril médio e pequeno. Esse setor exige menos conhecimento e preparação do trabalhador, incluindo os recém-chegados, e também exigem menor preparação do espaço. Essas indústrias não possuem uma planta modernizada e robotizada, e a mão de obra possui menor preparação. Os bens produzidos também são mais baratos.

Essas grandes cidades abrigam, todavia, as mais diversas gamas de trabalho, podendo até acolher assalariados com ganhos mais baixos do que nas áreas não metropolitanas e não urbanas consideradas “pobres”: são exatamente essas grandes cidades que detém o maior poder de atração sobre os pobres dos campos e de outras cidades, parcela cada vez mais significativa da força de trabalho nacional utilizada nas metrópoles como mão de obra barata. (SANTOS, 2012, pg. 90)

A economia urbana de São Paulo é constituída, de acordo com Santos, com um setor e mão de obra muito diversificadas. Porém, as indústrias com alto grau de modernização estão em menor número, apesar de empregarem mais pes-

soas por planta. As plantas fabris de médio e pequeno porte, estão em maior número e empregam menos trabalhadores por planta, mas em seu conjunto são um grande atrativo à mão de obra não especializada. Nessas indústrias de médio e pequeno porte as condições de trabalho são precárias, e há menor remuneração. Para Santos, a produção dessas indústrias alimenta a classe trabalhadora que a mesma emprega. Ou seja, produtos mais baratos, com menor qualidade. E até produtos artesanais, ou “piratas”, que por terem preços convidativos alimentam essa economia. Para comprovar sua tese, Santos fez uso de dados econômicos sobre a indústria.

Levar em conta dados demográficos e dados econômicos sem consideração para com as situações diferentes de poder – dos indivíduos e das empresas- é fazer tábula rasa das diferenças realmente existentes e confundir, em uma média impossível, a multiplicidade de relações que mantém com a cidade. (SANTOS, 2012, pg. 103)

Santos nos apresenta uma metodologia de análise da classe trabalhadora, com base na observação da diversidade do setor fabril e do espaço. Posto que, os espaços com maior desenvolvimento – redes de transporte, cabeamento de fibra ótica, acesso à hospitais, escolas, em suma, com maior investimento de capital – recebem os setores de ponta com a classe trabalhadora melhor remunerada. O oposto ocorre nas periferias, em que as condições do setor fabril, de serviços e do espaço oferecem menor possibilidade ao trabalhador. Na atual fase da regulação flexível, em que há uma importante mudança no setor fabril, especialmente nas transnacionais, a condição de precariedade do trabalhador se intensifica. De acordo com dados do Dieese na pesquisa de emprego e desemprego - PED, a indústria de transformação sofreu 60% de perdas em postos de trabalho nos anos de 2015 e 2016. Além de forte contração dos salários e retração dos demais setores como o de serviços. Porém, a indústria continua a empregar mais que o setor de serviços. Atestando que o setor fabril continua a alimentar a economia segmentada de São Paulo. Desse modo, a classe trabalhadora, cujos salários são pequenos para aquisição de moradia, ou mesmo o financiamento, engrossam as filas dos movimentos sociais de moradia e sem teto, na esperança de que as políticas públicas – como o Minha Casa, Minha Vida - apesar dos problemas, possam retornar.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- ALVES, Anunciação Glória da. *A requalificação dos centros Urbanos*. Estud. av. vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, FAPESP, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midori. A rua Florêncio de Abreu: Espaço e História. In: R. Glezer; M. Silva; L. Secco; Deaecto, Marisa M.. (Org.). São Paulo: Espaço e História. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 30-45.
- MENDES, Denise. In: R. Glezer; M. Silva; L. Secco; Deaecto, Marisa M.. (Org.). São Paulo: Espaço e História. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1
- MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e Sem-Teto de São Paulo: as experiências no contexto do desmanche*. São Paulo, SP: Alameda, 2012.
- OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 405-421, ago. 2015
- OLIVEIRA SOBRINHO, Soares. *Revista Sociologias*. v. 15, n. 32 (2013) *São Paulo e a ideologia higienista entre o século XIX e XX: a utopia da civilidade*
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, SP: Edusp, 1995.
- SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo, SP: Edusp, 2012.